



## **O conceito de representações coletivas em Durkheim**

**Francesco Andrade Tomei**  
**2º semestre/2013**

### **Introdução**

O conceito de representações coletivas é fundamental para compreender algumas das contribuições de Durkheim, tanto para algumas correntes da Antropologia, quanto para a sociologia do conhecimento. Assim, neste trabalho, retomaremos os textos *Algumas formas primitivas de Classificação* (1903), *Representações individuais e representações coletivas* (1898) e trechos de *As Formas elementares da vida religiosa* (1912) para expor o conceito de representações coletivas do autor, e mostrar como este se insere na sua proposta sociológica, exposta em *As Regras do Método Sociológico* (1895). De início, exporemos o que Durkheim entende por representações coletivas, em oposição às representações individuais, e como elas são produzidas. Para tal, abordaremos as distinções que o sociólogo francês estabelece entre representações coletivas, conceitos e categorias, assim como as relações existentes entre a morfologia social e os sistemas classificatórios.

### **I- O conceito de “representação” e sua importância**

A primeira dificuldade percebida na leitura das obras de Durkheim é a ausência de uma definição precisa do conceito de representação e a constante utilização de termos próximos como “ideais”, “julgamentos” e “opiniões”. Logo, tentaremos definir precisamente este termo e sua importância para, em seguida, estabelecer as distinções entre as representações coletivas e as individuais.

Pickering (2000a) afirma que a ausência de uma definição do próprio conceito de representação se deve ao fato que Durkheim utilizava seu sentido mais usual, ou seja, de uma imagem mental (ou intelectual). Ela também afirma que: “representations relate do ideas, ways of evaluating, seeing and imagining objects or persons”<sup>1</sup> (PICKERING, 2000, p.12).

---

<sup>1</sup> « representações referem-se a ideias, modos de avaliar, ver e imaginar objetos ou pessoas » (tradução nossa)



Assim, podemos perceber que as utilizações de termos como “ideias”, “julgamentos” ou “opiniões” equivalem à utilização do conceito de representação que nunca é totalmente neutro, e sempre pressupõe algum tipo de valor. Entretanto, como notam diversos autores (PINHEIRO, 2004; PICKERING, 2000) há uma ambivalência no próprio termo de representação, pois ele pode significar ao mesmo tempo a forma da representação e o conteúdo desta. (retornaremos a este tema no item IV)

O tema da representação é fundamental, pois segundo diversos autores (PICKERING, 2000a, 2000b; PINHEIRO 2004), o conhecimento de algo externo, para Durkheim, só é possível através das representações (individuais ou coletivas). Coisa é qualquer objeto exterior a nós mesmos e que tenhamos que representar para se ter um conhecimento mais ou menos acurado dele (PICKERING, 2000b). Neste sentido, a representação é fundamental, não só para o conhecimento individual, pois conhecemos a partir de representações individuais, como para a interação entre duas consciências, que se comunicam via representações. Assim, a língua seria um exemplo de um conjunto de representações coletivas compreensíveis a um determinado grupo de indivíduos. Ora, ao usar este exemplo, aparecem duas características fundamentais delas, além de ser a única maneira pela qual conhecemos e nos associamos, também são o que conhecemos. Ou seja, a função das representações é ao mesmo tempo forma e conteúdo. Segundo Lukes (1984), a primeira aparição do termo representação coletiva é no livro *O Suicídio* (1897) onde Durkheim afirma que a vida social é feita essencialmente de representações. Ora, Durkheim escreve:

Com efeito, o que as representações coletivas traduzem é o modo como o grupo se pensa em suas relações com os objetos que o afetam. Ora, o grupo não é constituído da mesma maneira que o indivíduo, e as coisas que o afetam são de outra natureza. (DURKHEIM, 1999, p.XXIII)

Assim, precisamos compreender melhor no que se dá esta distinção entre as representações individuais e as representações coletivas, para podermos entender este conceito e sua importância na sociologia de Durkheim.

## **II- As distinções entre as representações coletivas e as representações individuais**

Em seu texto *Representações individuais e representações coletivas* (1898), Durkheim discute a questão da distinção entre estes dois tipos de representação. Sua linha argumentativa



é inusitada, pois para afirmar a particularidade sociológica das representações coletivas, ele deve primeiramente defender as representações individuais, como objeto específico da psicologia e não da biologia, distinguindo o cérebro da mente (DURKHEIM, 1970, p.32).

Assim, no início do texto trata-se de criticar a escola fisiológica da psicologia e mostrar como as representações individuais não podem ser reduzidas a meras combinações de estados nervosos. Durkheim diz: “a vida psíquica é um curso contínuo de representações, de tal forma que nunca se pode dizer onde uma começa e outra acaba. Elas se interpenetram.” (DURKHEIM, 1970, p.22). Ao considerar a vida psíquica desta maneira, e pensarmos que ela deriva do sistema fisiológico, fica evidente que qualquer tipo de geografia cerebral é inverossímil. Portanto, não se pode associar as representações a neurônios ou células específicas, concedendo às representações uma relativa autonomia. Durkheim não nega sua origem em estados nervosos, mas diz que eles não podem explicar plenamente a formação destas representações e elas podem se associar, segundo suas leis e não as físicas. Portanto, como dirá o próprio Durkheim:

Se as representações, uma vez que existem, continuam a existir por si, sem que sua existência dependa perpetuamente do estado dos centros nervosos, se são suscetíveis de agir diretamente umas sobre as outras, de se combinar de acordo com leis que lhes são próprias, é porque são realidades, que mesmo mantendo íntimas relações com seu substrato, dele são, entretanto, até certo ponto, independentes. [...] Conclui-se do que foi dito, que a vida representativa não é inerente à natureza intrínseca da matéria nervosa, pois que subsiste em parte por suas próprias forças e tem maneiras de ser que lhe são peculiares. (DURKHEIM, 1970, p.33)

Ora, ele usará dos mesmos argumentos para diferenciar as representações individuais das coletivas. Durkheim (1970), ao afirmar que os indivíduos associados são o “substrato” da sociedade, diz que as representações coletivas são a trama desta vida social. Logo, não poderia haver essa vida sem representações coletivas. Como a produção de representações coletivas se dá nesta interação entre os indivíduos associados, elas não são uma simples média das individuais, mas são qualitativamente distintas destas. Em uma carta ao diretor de uma revista acadêmica da época, Durkheim afirma que tal inspiração lhe foi ensinada por seu mestre, na Escola Normal Superior, Émile Bourtoux. Lukes (1984), diz que



o grande ensinamento de Bourttoux a Durkheim foi mostrar que as ordens da realidade eram contingentes entre si, logo, da mesma maneira que os fenômenos biológicos eram necessários para a realidade psicológica e sua simples combinação não explicava estes, os psicológicos eram necessários para as representações coletivas, porém não os explicavam inteiramente.

Disto decorre o ensinamento durkheimiano, tantas vezes repetido, que o todo é superior a suas partes e que reafirma a importância e exclusividade da Sociologia, que não é redutível nem a Biologia, nem a Psicologia. Durkheim (1975a) diz: “Il faut comprendre que le social est une synthèse originale, résultant de la combinaison des consciences individuelles” (DURKHEIM, 1975a, p.17)<sup>2</sup> A analogia que Durkheim elabora com a química é muito esclarecedora: a soma dos elementos constitui um elemento novo e com particularidades distintas dos seus componentes. Neste caso, o elemento essencial para a criação são as “consciências individuais”. É nessa combinação que Durkheim observa a criação de outra fatia da realidade empiricamente observável – qualitativamente distinta das outras - que pode ser objeto de estudo de uma nova ciência: a sociologia (DURKHEIM, 1975b, p.43). Para Durkheim (1975b, p.44) a explicação sociológica da realidade social não pode se reduzir unicamente as propriedades intrínsecas ao indivíduo, pois a própria realidade social leva a uma ruptura com o ciclo de vida individual, causando segundo o autor:

“Violence à des instincts et à des penchants fondamentaux de l’individu, que nous ne pouvons la vivre sans un effort laborieux contre nous-même, c’est-à-dire que, en un sens, elle n’est pas suivant la pente de notre nature” (DURKHEIM, 1975b, p.44)<sup>3</sup>

Nessa dualidade entre o indivíduo e a sociedade é que fica mais fácil perceber a distinção entre as representações individuais e as coletivas. A violência, descrita na citação acima, só é possível se as representações sociais possuem estabilidade e uma força coercitiva própria, para que elas sejam adotadas por uma população. As representações peculiares seriam feitas de sensações individuais, subjetivas e não estariam sujeitas à análise, visto seu número e variedade, pois todo sujeito tem uma infinidade de representações individuais. Contrariamente, as representações coletivas que são mais estáveis e estão menos sujeitas a

---

<sup>2</sup> “é preciso compreender que o social é uma síntese original, resultante da combinação das consciências individuais” (tradução nossa).

<sup>3</sup> “Violência aos instintos e às tendências fundamentais do indivíduo, que nós não podemos viver sem um esforço laborioso contra nós mesmos, quer dizer que, em um sentido, ela [a vida coletiva] não está de acordo com as inclinações de nossa natureza” (tradução nossa).



mudanças, são muitas vezes cristalizadas na sociedade através de normas, leis ou fábulas e, portanto podem ser apreendidas de maneira objetiva pelo sociólogo (DURKHEIM, 1988, p.138-9).

Conjuntamente, a estabilidade das representações coletivas, há um caráter coercitivo presente nelas. Isso é claro quando pensamos que tais representações coletivas podem assumir a forma de leis ou regras morais. A força social, decorrente da intensificação da vida que produz as representações, nunca é completamente neutra. Como produto dessa força social concentrada, as coisas apareceriam sempre como positivas ou negativas, ou no caso, como sagradas e profanas, e posteriormente, haveria um esfriamento dessas concepções, para conceitos mais neutros. Por isso, e voltaremos a este aspecto mais a frente, a sociologia da religião e a sociologia do conhecimento de Durkheim são muito semelhantes. Nos dois casos estamos tratando de representações coletivas. Durkheim escreve:

Assim, longe de haver entre a ciência, de um lado, a moral e a religião do outro, a espécie de antinomia que tão frequentemente se admitiu, esses diferentes modos da atividade humana deriva, em realidade, de uma mesma e única fonte. (DURKHEIM, 2000, p. 496)

O momento de produção das representações coletivas, como descrito por Durkheim (1934), é de “efervescência”, no qual ocorreria uma síntese das diversas representações individuais e onde o caráter subjetivo destas é perdido, transformando-se em uma representação mais justa da realidade. WEISS (2010, p. 198) mostra como a constituição desses ideais sempre tem um fundamento “reflexivo” e “volitivo”, logo, há sempre uma dimensão tanto racional, quanto sentimental na produção dessas representações. Além disso, há uma distinção muito forte na própria questão da duração destas representações. A criação destas representações se daria em um momento de “intensificação da vida coletiva” no qual a sociedade atribuiria sentidos coletivos à realidade. Durkheim (1975a) escreve:

Em quais condições se formou o ideal proveniente da Revolução Francesa? [No] estado de efervescência das assembleias, nas quais o indivíduo é arrastado pelo entusiasmo coletivo: até os mais comuns são capazes de ações desinteressadas – cf. a guerra de 70- caso Dreyfus. Os ideais assim constituídos são fixados fora das consciências individuais por um mecanismo especial. Essa fixação se dá inicialmente nas coisas [emblemas]; nos lugares que foram o palco das grandes elaborações [ritos]; nos dias, nas datas. A ausência de festas públicas atualmente atesta bem que ainda não constituímos um novo ideal. (DURKHEIM, 1975a, p.15-16 apud WEISS, 2011, p. 196).



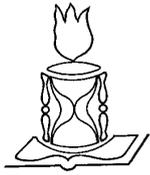
Percebe-se através do trecho dois elementos fundamentais das representações coletivas: sua origem e seu funcionamento. A intensificação do diálogo e da interação entre as consciências individuais está na origem social dessas representações, materializadas através objetos específicos. No caso, os emblemas, os ritos, as datas servem para lembrar estes momentos de efervescência e o poder da sociedade decorrente dele. Se pensarmos em sua outra obra, *As formas elementares da vida religiosa (1912)*, Durkheim faz a mesma discussão com os totens ou as religiões australianas. Esses momentos de criação são repetidos com alguma frequência, mas cabe a sociedade passar tais representações coletivas de geração a geração. Neste sentido é que observamos como essas representações são exteriores a nós mesmos e provém da sociedade. Durkheim diz que: “*Ce qui fait l’homme, c’est cet ensemble de biens intellectuels qui constitue la civilisation, et la civilisation est l’oeuvre de la société*”<sup>4</sup> (DURKHEIM, 1934, p.597). Assim, podemos pensar nos outros objetos de estudo da sociologia, como a Educação, a moral, a religião e o conhecimento, que são tipos específicos de representações, transmitidas constantemente de geração em geração pela sociedade e existem festas para lembrarmos as representações transmitidas nestes dias ( como os feriados da Proclamação da República ou da Independência).

### **III- A sociologia como estudo das representações coletivas**

A importância que as representações coletivas ganham na sociologia durkheimiana é enfatizada com a reedição de seu livro *As regras do método Sociológico (1895)*, com um novo prefácio em 1901. Neste prefácio, além de retrucar algumas críticas feitas à primeira edição, ele atribui os estudos das instituições à sociologia e escreve:

Com efeito, sem alterar o sentido dessa expressão, pode-se chamar instituição todas as crenças e todos os modos de conduta instituídos pela coletividade: a sociologia pode então ser definida como a ciência das instituições, de sua gênese e de seu funcionamento (DURKHEIM, 1999, p.XXX).

Ora, a descrição do que ele considera como sendo as instituições, está muito próxima do que definiu como representações coletivas em seu texto *Representações individuais e representações coletivas*. Além disso, há pouquíssimas modificações no capítulo sobre a descrição de um fato social e, portanto podemos concluir que o que caracterizaria os fatos



sociais – a exterioridade, a generalidade e a coerção de uma maneira de agir ou pensar – pode também ser aplicável às representações coletivas. Como Durkheim escreve:

Assim se acha justificada, por uma razão nova, a separação que estabelecemos mais adiante, entre a psicologia propriamente dita, ou a ciência do indivíduo mental, e a sociologia. [...] A mentalidade dos grupos não é a dos particulares; tem suas próprias leis. Portanto, as duas ciências são tão claramente distintas quanto podem ser duas ciências, não importam as relações que podem existir entre elas. (DURKHEIM, 1999, p.XXIII)

Esta justificativa da especificidade do objeto da Sociologia (as representações coletivas) é muito enriquecedora para a mesma, pois enquanto o conceito de fato social levava em conta apenas as “maneiras de fazer”, as representações coletivas podem dar conta, tanto dos ideais da sociedade quanto de suas ações. Oliveira (2012, p.82) diz que diferentemente do que se poderia imaginar, as representações não tratam só do ideal, mas também das práticas, “uma vez que permitem compreender as últimas, mitologia, religião ou ciência desempenham a mesma função cognitiva” (OLIVEIRA, 2012, p.82). Essa mudança é extremamente fértil, pois permite compreender melhor a própria maneira como a sociedade se reproduz. Neste sentido, as representações coletivas não possuem somente as propriedades enunciadas acima (estabilidade, generalidade, coercitividade), mas também, orientam os indivíduos em suas práticas, o que por sua vez reforçam os ideais da sociedade. Durkheim escreve sobre os cultos religiosos:

O culto não é simplesmente um sistema de signos pelos quais a fé se traduz exteriormente, é o conjunto dos meios pelos quais ela se cria e se recria periodicamente. Quer consista em manobras materiais ou em operações mentais, é sempre ele que é eficaz (DURKHEIM, 1999, p.460).

Compreendendo as representações coletivas como assuntos privilegiados da Sociologia, os próprios objetos das pesquisas de Durkheim, no início do século XX, ficam mais evidentes. Como bem menciona Lukes (1984), desse conceito de representação coletiva decorrem as três sociologias que ele estuda neste período: uma do conhecimento, que estuda as origens e funções sociais das formas do mesmo, uma sociologia da religião, que faz o mesmo com o pensamento religioso e, finalmente, uma da moral. O próprio Durkheim diz:

Os principais fenômenos sociais, religião, moral, direito, economia, estética, não são outra coisa senão sistemas de valores e, portanto, ideais. A sociologia se coloca desde o início no domínio do ideal: ela não chega até ele apenas lentamente, no final de suas pesquisas; ele é seu



ponto de partida. O ideal é seu domínio próprio. Mas trata o ideal para fazer ciência (nesse sentido poderíamos qualificá-la de positiva, mesmo que ao lado do termo ciência, esse adjetivo seja um pleonasma). Ela não pretende construí-lo; pelo contrário, toma-o como um dado, como um objeto de estudo, e tenta analisá-lo e explicá-lo. (DURKHEIM, 1906, apud WEISS, 2010, p.212).

As formas de conhecimento, a religião e a moral seriam representações coletivas por excelência, pois são relativamente imutáveis, impessoais, gerais e exercem certa coerção para que sejam adotadas. Assim, gostaríamos de concluir mostrando o caso da sociologia do conhecimento durkheimiana, que não só nos ajuda a melhor compreender a proposta de Durkheim, mas observar também algumas das incompreensões dos seus comentadores.

#### **IV- A sociologia do conhecimento e o problema do duplo sentido do termo representações**

A pesquisa de Durkheim, no começo do século XX, pretende aprofundar-se no estudo das representações coletivas e perceber como estas estão na origem do nosso conhecimento. Além do conhecido artigo com Marcel Mauss, *Algumas formas primitivas de classificação* (1989), o próprio livro *As formas elementares da vida religiosa* tem como interesse tratar desse assunto. Pinheiro (2004) nota a diferença de temas nesta obra, entre o corpo do livro e sua introdução e conclusão. Enquanto no corpo dele se discute principalmente a religião, na introdução e conclusão, se tenta reduzir as categorias do pensamento a fenômenos sociais. Ao longo de todo o livro, Durkheim retoma com precisão dados etnográficos de diversas religiões, que considera como “simples”. Entre elas, se debruça sobre o totemismo, o animismo, entre outras. A sua introdução e conclusão tem uma função totalmente diferente. Nelas, se discute muito mais o fenômeno religioso, enquanto social, e como este ajuda a compreender a própria produção de conhecimento. Na conclusão de *As formas elementares da vida religiosa*, Durkheim se detém principalmente em como conceitos e categorias são fenômenos sociais. Ora, isso é fundamental para compreender qualquer tipo de pensamento impessoal, no sentido que é tanto mais objetivo em sua apreensão do objeto, quanto comunicável para as diversas consciências. E esse pensamento impessoal foi primeiramente coletivo. Durkheim escreve: “Foi sob a forma do pensamento coletivo que o impessoal, pela



primeira vez se revelou à humanidade, e não vemos de que outra maneira poderia ter ocorrido essa revelação.” (DURKHEIM, 2000, p.485).

Assim, precisamos introduzir alguns conceitos presentes na sociologia do conhecimento durkheimianas.

A definição do termo “conceito” que Durkheim faz na conclusão de *As Formas Elementares da vida religiosa (1913)* explica bem algumas características das representações coletivas. Durkheim escreve: “Le concept est une représentation essentiellement impersonnelle: c’est par lui que les intelligences se communiennent” (DURKHEIM, 1937, p.619)<sup>5</sup>. A concepção estaria em oposição com as sensações individuais, que são muito voláteis e, portanto, não permitiriam a comunicação entre os indivíduos. A própria impessoalidade do conceito, perante as representações individuais, se deve ao fato que ele é essencialmente uma representação coletiva, e, portanto, uma síntese de representações individuais. Durkheim dá a elas três propriedades: a impessoalidade, a universalidade e a relativa imutabilidade. A primeira é a capacidade da representação não estar associada com nenhum tipo de ideia ou modelo de nenhum indivíduo em específico, mas com a de todo um grupo social, ou seja, ela possui um grau de objetividade maior que as individuais. A característica da universalidade é a capacidade dele ser compreendido por uma pluralidade de sujeitos, tal como uma língua que é compreendida por todos os seus falantes. Finalmente, a relativa imutabilidade é o fato que os conceitos, visto que são feitos coletivamente são dificilmente mudados. O exemplo mais claro é novamente uma língua que pode sofrer mudanças, mas estas são geralmente longas e não são fruto de uma vontade individual, mas de uma maioria dos utilizadores deste pensamento.

Durkheim define categoria como sendo a “ossatura do pensamento” (DURKHEIM, 1937, p.13). Alguns dos grupos do entendimento, definidas pela filosofia, seriam a noção de tempo, espaço, gênero, número, substância, totalidade (DURKHEIM, 1937, p.13). Seria a função das categorias enquadrar nossas considerações e defini-las, pois não conseguiríamos ter nenhum tipo de representação que não esteja inserida nessas classes. Ora, a discussão sobre a origem do pensamento e sobre as categorias foi até aquele momento, filosófica. O que Durkheim tenta fazer é mostrar como a sociologia pode ajudar a resolver um dos debates mais

---

<sup>5</sup> O conceito é uma representação essencialmente impessoal, é através dela que as inteligências se comungam” (tradução nossa)



importantes daquela época, entre os empiristas e os *aprioristas*. Em suma, para os aprioristas, as categorias são irreduzíveis ao espírito humano, enquanto que para os empiristas, elas derivam da experiência.

Entretanto, Durkheim critica as duas concepções. A tese empirista cai por terra por não explicar como as categorias, que são gerais, constantes e obrigam sua utilização pelos indivíduos, são formadas por experiências individuais, que a princípio são múltiplas, momentâneas e subjetivas. Assim, Durkheim dirá: “Submeter a razão à experiência é fazê-la desaparecer, pois é reduzir a universalidade e a necessidade que a caracterizam a serem apenas puras aparências, ilusões.” (DURKHEIM, 1999b, p.XXI)

A tese *apriorista* aparece para Durkheim como um mero deslocamento do problema. Ao propor que a experiência não forma estas categorias, mas sim uma razão superior e universal, eles escapam de qualquer verificação experimental e não conseguem resolver a questão das variabilidades dos grupos que Mauss e Durkheim haviam verificado em seu ensaio *Algumas formas primitivas de classificação* (1903). Assim, Durkheim crê que a sociologia pode contribuir para este debate, ao enunciar já em 1903 a natureza social das classificações. (DURKHEIM, 1903)

O que Durkheim propõe, portanto é a identificação das categorias com as representações coletivas. Como elas nos parecem universais e constantes na história, não são uma representação individual, pois vêm de outra geração. Logo, não podem ter uma origem pessoal e subjetiva, pois nunca uma representação individual teria alcançado este grau de imutabilidade e universalidade. Entretanto, ele afirma que diferentemente dos conceitos, as categorias são representações no segundo grau, ou seja, não só vem da sociedade como exprimem o que é social. Com isso, ele quer dizer que só a sociedade pode fornecer os mecanismos para compreendê-la (DURKHEIM, 1934, 630). Ou seja, as categorias que orientam nossa percepção, são dadas por ela para nos ajudar a entendê-la. Assim, Durkheim tanto em *Algumas formas primitivas de classificação*, quanto em sua conclusão às *Formas elementares da vida religiosa*, tentará relacionar as categorias à sociedade. Durkheim escreve:

O conceito de totalidade não é senão a forma abstrata do conceito de sociedade: ela é o todo que compreende todas as coisas, a classe suprema que abrange todas as outras classes. (DURKHEIM, 2000, p.491)



Da mesma maneira, ele associa o conceito de espaço ao social, o de tempo ao ritmo da vida social, e as classificações às suas organizações. Lembramos que a mera transposição de algum tipo de realidade objetiva para o mundo das representações é bem mais complexa que uma relação de causa e efeito (como veremos no item V). Assim, a explicação de Allen (1994) sobre esta questão, discutindo o texto *Algumas formas primitivas de classificação*, é muito pertinente: “Originally, the social structure generates the classification of things. Subsequently, the predominance of social structure declines, and the two elements interact.”<sup>6</sup> (ALLEN, 1994, 62)

Além disso, haveria um problema lógico ao se confundir dois elementos: as categorias e as categorizações, ou seja, há uma confusão entre as formas de apreensão e os conteúdos apreendidos. Pinheiro (2004) se debruça longamente nesta questão e mostra como tal confusão decorre de uma interpretação específica dos escritos kantianos pelos seus intérpretes franceses (Renouvier e Hamelin). Neste sentido, Pinheiro dirá:

Impõe-se, assim, que se reconfigure as críticas do suposto erro lógico em que Durkheim incorreria ao pensar categorias a partir de categorizações, que redundaria na imprecisão semântica do uso do termo representação, que Lukes aponta. É fundamental, nesse sentido, assinalar que Durkheim não confunde os usos transcendental (como condição de possibilidade do conhecimento) e fenomênico (como determinação das coisas) das categorias; *deliberadamente ele os funde*, seguindo de perto o pensamento de Hamelin. (PINHEIRO, 2004, p.152)

Assim, seria possível compreender o próprio movimento durkheimiano de fundação de uma sociologia do conhecimento, como uma tomada de posição perante a Filosofia e, ao mesmo tempo, a consequência máxima do desenvolvimento do conceito de representações coletivas.

## **V - A determinação das representações sociais**

Antes de concluir, gostaríamos de apresentar um debate acerca de um dos pontos mais controversos da sociologia durkheimiana: a possível existência de uma relação de determinação entre a morfologia social e estas representações. Trata-se, sobretudo de pensar

---

<sup>6</sup> “Originalmente a estrutura social gera a classificação das coisas. Em seguida, o predomínio da estrutura social diminui e os dois elementos interagem” (tradução nossa).



diversas interpretações que o próprio Durkheim, em diferentes momentos de sua vida acadêmica, fornece para a questão das representações ou da consciência coletiva.

Como bem observaram vários autores (LUKES, 1984; NEMEDI, 2000; OLIVEIRA, 2012; PINHEIRO, 2004), houve uma mudança nos termos e nos enfoques dados por Durkheim, após a publicação de seu livro *A Divisão Social do Trabalho*, em 1893. Em uma breve recapitulação, seria a morfologia social e, portanto, as relações dos homens, que determinaram a consciência coletiva. Em um primeiro momento haveria uma predominância do conceito de morfologia social e do termo de consciência coletiva. O abandono progressivo do termo “consciência coletiva” que seria a soma das representações, e o uso cada vez mais frequente desde *O Suicídio* (1897) do conceito de “representação coletiva”, fez com que alguns comentadores se perguntassem se haveria algum tipo de determinação causal entre a forma e o conteúdo das representações e o mundo material. Ou seja, haveria uma dúvida se ao utilizar em demasia o conceito de morfologia social, Durkheim estaria próximo de um materialismo ou de um dualismo entre morfologia social e as representações coletivas?

Nemedi (2000 p.89) ressalta dois argumentos essenciais, que explicam a dificuldade de resposta a esta questão: o problema de produzir uma resposta que seja ao mesmo tempo causal e funcional a esta questão, e as declarações confusas do próprio Durkheim a este respeito<sup>7</sup>. Com razão, a própria teoria do conhecimento de Durkheim, muito inspirada em seu mestre Renouvier - que diz que só podemos conhecer o mundo através das representações - dificulta a resposta, pois se houvesse algum tipo de determinação material, ela mesma limitaria a ciência que pretende estudá-la. Assim, a dificuldade de estabelecer qualquer relação de causalidade entre estes dois princípios é difícilíssima.

Ora, Nemedi (2000) afirma que mesmo que Durkheim nunca tenha dado uma resposta clara para esta questão, o progressivo desaparecimento do conceito de morfologia social para a utilização do termo de “representação coletiva” (em detrimento da definição de “consciência coletiva”) permite resolver este problema. Segundo Nemedi:

The introduction and frequent use of the term was crucial for Durkheim. It helped him to avoid the dualism of material facts and consciousness (*conscience*) and the necessity of supposing a causal relationship between the two. (NEMEDI, 2000, 89)<sup>8</sup>

---

<sup>7</sup> Nemedi (2000) realiza uma retomada das discussões de Durkheim, tanto com Labriola, quanto a publicação de um artigo na *Année Sociologique* sobre este tema. Cf. NEMEDI, 2000, p.85-88

<sup>8</sup> “A introdução e frequente uso do termo foi crucial para Durkheim. Ajudou-o a evitar o dualismo entre fatos materiais e consciência e a necessidade de supor uma relação causal entre os dois” (tradução nossa).



Com a publicação do ensaio *Representações individuais e representações coletivas* (1898), Durkheim tenta mostrar sua concepção de representações sociais e, portanto sugere uma solução que mostra que ele não se ocupará mais deste problema sobre a relação da morfologia social (agora enunciado em termos de substrato) com as representações. Durkheim (1970) afirma:

Eis por que a matéria primeira de toda consciência social está em relação estreita com o número dos elementos sociais, com a maneira pela qual se agrupam e se distribuem, etc, isto é, com a natureza de seu substrato. (DURKHEIM, 1970, p.38).

Entretanto, logo afirma que após um primeiro momento de constituição dessas representações coletivas, as próximas serão concebidas, levando em consideração as primeiras e destituindo assim de importância o substrato material. Neste sentido, é interessante perceber que em dois momentos, no qual Durkheim se propõe a estudar representações coletivas propriamente ditas, ele se interessa pelas sociedades mais simples. Segundo ele: “Pour ce qui concerne les institutions, la nature fait spontanément des simplifications du même genre au debut de l’histoire” (DURKHEIM, 1934, p.11)<sup>9</sup>. Assim, a ambiguidade do conceito de substrato e a declaração segundo a qual há leis próprias na produção de representações coletivas, enfraquece muitíssimo qualquer acusação de materialismo, por parte de Durkheim. Finalmente, é interessante citar um trecho no qual ele diz:

Não se deve, pois, ver nesta teoria da religião um simples rejuvenescimento do materialismo histórico: seria equivocar-se singularmente acerca de nosso pensamento. Ao mostrar na religião uma coisa essencialmente social, de maneira nenhuma queremos dizer que ela se limita a traduzir, numa outra linguagem, as formas materiais da sociedade e suas necessidades vitais imediatas (DURKHEIM, 2000, p.468)

Ao afirmar que as representações coletivas são fruto da associação dos indivíduos e sua produção é relativamente autônoma, o estudo delas deve ser feito por uma disciplina que não seja nem a psicologia, nem a economia ou a história, que não saberiam explicar estes eventos. Durkheim diz que as representações coletivas são o fenômeno sociológico por excelência, visto que: “Só resta, pois explicar os fenômenos que se produzem no todo pelas

---

<sup>9</sup> “No que concerne às instituições, a natureza faz espontaneamente simplificações do mesmo gênero no começo da história.” ( tradução nossa)



propriedades características do todo, os fatos sociais pela sociedade, os fatos vitais e mentais pelas combinações sui generis que resultam.” (DURKHEIM, 1970, p.37)

Ou seja, sua própria justificação para negar uma relação causal entre algum substrato social e as representações coletivas, passa por uma reafirmação do caráter específico na origem das representações sociais, que só a Sociologia poderia compreender e em uma teoria do conhecimento que pressupõe que qualquer tipo de conhecimento necessita das representações.

### **Conclusão**

Durante o texto, tentamos abordar alguns dos pontos fundamentais em torno do conceito de representações coletivas de Durkheim. Tal conceito tem papel fundamental na sociologia durkheimiana, tanto para se posicionar dentro do campo acadêmico francês da época, quanto para permitir uma mudança nas tendências de Durkheim, após seus dois primeiros livros.

As representações coletivas são o objeto por excelência da Sociologia. Devido a suas propriedades (estabilidade, generalidade e coercitividade), o indivíduo consegue sentir o poder da sociedade em oposição a suas vontades sociais. A partir de 1898, com a publicação de *Representações individuais e representações coletivas*, a sociologia durkheimiana baseou seus estudos enormemente nesse conceito. Trabalhos como os dos antropólogos funcionalistas ingleses (Malinowski, Radcliffe-Brown, etc.) como aqueles da própria antropologia francesa (Mauss e Lévi- Strauss, por exemplo) partiram dessa ideia fundamental para a compreensão do mundo social. Lévi-Strauss (1947, p.517) ressalta a importância de Durkheim para toda uma geração de sociólogos americanos e ingleses, que utilizaram principalmente sua definição de representações sociais e seu método comparativo. Os objetos de estudo de Durkheim no final de sua vida também mostram a importância que esse conceito ganha em sua produção sociológica. Ele estudará conjuntos de representações coletivas (a moral, a religião, o conhecimento) e a inculcação das representações coletivas nos membros da sociedade (a educação).

Entretanto, todos estes movimentos só podem ser compreendidos ao pensar a situação da sociologia francesa nesta época. Neste período de criação da disciplina sociológica,



Durkheim tenta sempre tomar posição frente, tanto à Filosofia, disciplina canônica no campo acadêmico francês, quanto à Psicologia, disciplina recente que era um exemplo, sendo que o conceito de representações coletivas permite a sociologia tratar questões que eram exclusivas destas duas áreas (as representações e a fundamentação do conhecimento). Como Lévi-Strauss (1947, p.545) afirma as origens filosóficas da sociologia francesa (notadamente durkheimiana) e sua discussão com as outras disciplinas é uma de suas maiores vantagens.

### **Glossário**

**Representação:** Representação é um conceito que se refere a imagens mentais, ideais, valores que temos, sejam de nós mesmos, como de qualquer pessoa, objeto ou fato exterior a nós. Ele sempre tem um valor afetivo. As representações podem ser tanto individuais quanto coletivas.

**Representação coletiva:** Representações feitas por um conjunto de indivíduos, em um momento de efervescência. Elas são mais duradouras e podem ser expressas e compreendidas por outros indivíduos. Além disso, possuem um poder coercitivo, que força o indivíduo a cumpri-las. Elas podem ser cristalizadas socialmente, virando leis, por exemplo.

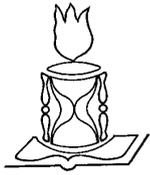
**Conceito:** Representação de um objeto ou ideia, por meio das suas características gerais. O conceito é uma representação coletiva, logo, é produzido socialmente é isso que permite que haja comunicação entre os indivíduos através desses conceitos. A língua, por exemplo, é um conjunto de conceitos.

**Categorias:** Representações coletivas de segundo grau. As categorias são representações que organizariam o pensamento, no sentido que elas fornecem as bases para qualquer conhecimento. Conceitos como tempo, espaço, totalidade e causalidade são exemplos de categorias.

### **Revisão bibliográfica:**

ALLEN, N.J Primitive Classifications: The argument and its validity. In PICKERING W.S.F; MARTINS, H (org) *Debating Durkheim*, Londres, Routledge, 1994.

DURKHEIM, E. (1970) [1898], *Sociologia e filosofia*, Rio de Janeiro, Forense,  
\_\_\_\_\_. (1934) [1912] *Les formes elementaires de la vie religieuse*, Paris, Felix Alcan,  
\_\_\_\_\_. (2000) [1912] *As formas elementares da vida religiosa*, São Paulo. Martins Fontes.  
\_\_\_\_\_. (1999a) [1895]. *As regras do método sociológico*. São Paulo, Martins Fontes,



\_\_\_\_\_. (1999b) [1901] Prefácio a segunda edição de *As regras do método sociológico*. In Durkheim, E *As regras do método sociológico*. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. (1975a) [1906]. *Morale, religion et société*, In. Durkheim, E. *Textes vol. 2 – religion, morale, anomie*. Paris, Les Editions de Minuit, p.10-22.

\_\_\_\_\_. (1975b) [1913]. *Le problème religieux et la dualité de la nature humaine* In. Durkheim, E. *Textes vol. 2 – religion, morale, anomie*. Paris, Les Editions de Minuit, p.23-59.

DURKHEIM, E. ; MAUSS, M. De quelques formes primitives de classification. Contribution à l'étude des représentations collectives. In Duvignard, J. *Journal Sociologique*, Paris, PUF, 1969. [1903]

JOAS H., SAGNOL M.. Durkheim et le pragmatisme. La psychologie de la conscience et la constitution sociale des catégories. In: *Revue française de sociologie*. 1984, n°25-4. p. 560-581.

JONES, R.A.. Practices and presuppositions: some questions about Durkheim and *Les Formes élémentaires de la vie religieuse* In. Alexander J.; SMITH, Philip(org) *The cambridge companion to Durkheim*, Cambridge, Cambridge University Press, 2005.

LÉVI-STRAUSS, C. La sociologie française. In Gurvitch, G. (org) *La sociologie au XXe siècle*, Paris, PUF, 1947.

LUKES, S.. *Émile Durkheim su vida y su obra*. Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas/Siglo XXI de España Editores, 1984.

NEMEDI, D. *A change in ideas. Collective conscience, morphology and collective representations* In.PICKERING, W.S.F. (org) *Durkheim and Representations*, Londres, Routledge, 2000, p. 83-97.

OLIVEIRA, Marcio *O conceito de representações coletivas: uma trajetória da Divisão do trabalho às Formas elementares*. Debates do NER, Porto Alegre, ano 13, n. 22 p. 67-94, jul./dez. 2012.



PICKERING, W.S.F. (2000a) *Representations as understood by Durkheim*, In. PICKERING, W.S.F. (org) *Durkheim and Representations*, Londres, Routledge, 2000, p. 11-23.

PICKERING, W.S.F. (2000b) *What do representations represent? The issue of reality* In. PICKERING, W.S.F. (org) *Durkheim and Representations*, Londres, Routledge, p. 98-117.

PINHEIRO FILHO, Fernando Antonio. *A noção de representação em Durkheim*. Lua Nova, Revista de Cultura e Política, São Paulo, v.61, p.17-30, 2004.

WEISS, Raquel, (2011) *Émile Durkheim e a Fundamentação Social da Moralidade*. f. Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.